

SISTEMA CAMPESINATO: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO ESTUDO DOS PRODUTORES DE FUMO EM PRUDENTÓPOLIS-PR

**Cecilia Hauresko – Professora da Universidade Estadual do Centro-Oeste –
UNICENTRO**
cehauresko@ig.com.br

O trabalho em questão busca uma pequena contribuição sobre a estrutura (ação) do sistema camponês. A discussão sobre o camponês brasileiro mostra, que as modificações dessa forma sócio-geográfica e econômica, estão basicamente fundamentadas no relacionamento com o sistema capitalista em geral. Entretanto, entende-se que a produção camponesa representa um espaço com as suas próprias regras, socialmente estruturado e repleto de particularidades. Tradicionalmente, a agricultura familiar camponesa é vista como a mais densa interligação entre o sistema social e cultural e a sua reprodução econômica. Isto necessita de uma abordagem ampla de análise que consiga incorporar todos estes elementos. Na teoria da estruturação, desenvolvida nos anos 80 sob liderança de A.GIDDENS, acha-se uma abordagem suficientemente diferenciada para pensar elementos sociais e econômicos num conjunto equilibrado. Com o termo “estruturação” GIDDENS (1989) quis enfatizar o fluxo dinâmico da vida social, numa correlação entre indivíduo e sociedade. A teoria da estruturação vem mostrar que através de uma série de atividades e práticas exercidas, reproduzem-se as instituições sociais. A estrutura de uma sociedade, segundo GIDDENS(1989), compõe-se de complexos de regras e recursos que são subdivididos em três grupos de ativações. Eles aparecem em processos de significação, dominação e legitimação. Estes três complexos têm apenas um sentido abstrato e teórico, e são concretizados no sistema de vida das pessoas num contexto concreto de espaço e tempo (SAHR 1996, p.214). Estes três complexos se modificam a medida que cada pessoa resolve dinamizar e incorporá-los ao seu sistema social. Os princípios tradicionais são desta forma incorporados às novas dinâmicas de trabalho. No caso do camponês, as modificações do seu sistema produtivo passam pelos três componentes. Modificações na composição das plantas, como a plantação de um novo produto de mercado – modificam o relacionamento com a terra e dão um outro significado a ela. Eles também, integram o agricultor de uma forma diferente ao sistema econômico e obrigam-no seguir outras normas de comportamento, como é caso do agricultor-fumicultor, integrado a agroindústria do fumo em Prudentópolis - PR, pois embora a função de garantir a sobrevivência esteja bem presente na vida deste camponês, é impossível reduzi-lo à isso. Há nele, profundamente ancorada uma vontade de conservação e de crescimento do patrimônio familiar (LAMARCHE 1993). E para que esse patrimônio amplie-se ele apela para diversas atividades, até mesmo não agrícolas. A vida “tradicional” é submetida a essa

condição. Inovações no seu contexto, por exemplo numa pequena propriedade, não destroem necessariamente este sistema, mas reconfiguram-no através das ações dos agentes sociais envolvidos. Estes complexos são assim, agentes da manutenção e modificação do sistema da agricultura camponesa ao mesmo tempo. A estrutura/ação no sistema de campesinato movimenta-se mediante esses três complexos, porém o presente trabalho limitar-se-á apenas a um dos processos que é *o sistema de dominação* na vida do camponês. No sistema de dominação, esta tem de ser reconhecida como inerente na ação humana. A dominação depende da mobilização de dois tipos de recursos. Os *recursos alocativos* que constituem-se de recursos materiais, incluindo o ambiente natural e os artefatos físicos como: meio natural do camponês onde ele vive e trabalha; a tecnologia utilizada por ele, o acesso ao mercado, capital, força de trabalho, propriedade privada da terra e moradia. Ainda como segunda divisão dos recursos de dominação, estão os recursos autoritários. Segundo Giddens (1989), os recursos autoritários são recursos não-materiais que geram poder e são resultado do domínio de alguns atores sobre os outros. Os recursos autoritários desse agricultor são marcados pela: dependência do sistema econômico; inserção no sistema político; estrutura familiar, estrutura de poder da igreja etc. O camponês que tenta manter o sistema do campesinato com seus meios culturais, seus recursos *alocativos e autoritários*, o faz através do conjunto das ações dos atores numa integração social. A integração social serve para fortalecer os laços dentro da comunidade. O sistema capitalista tem as suas próprias regras de integração sistêmica (economia monetária, individualização e comercialização da força do trabalho, monetarização dos insumos) que interfere diretamente na integração social das pessoas, quebrando a integração sistêmica do campesinato tradicional. Quando a integração social é muito forte, a comunidade consegue conciliar os dois sistemas e cria, desta forma, uma inovadora integração sistêmica, uma agricultura campesina moderna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIDDENS, A. **A Constituição da Sociedade**. Tradução Álvaro Cabral – São Paulo: Martins Fontes, 1989. (Coleção Ensino Superior).

LAMARCHE, H. **Agricultura Familiar**. Campinas, SP: Unicamp, 1993.

SAHR, W. D. Formas de migração no Caribe Oriental Divisão Familiar do Trabalho e redes de comunicação. Uma interpretação pós-moderna. In: CESLA (orgs.): **Atas do terceiro Congresso Latinoamericano de la Universidad da Varsóvia**. Varsóvia: CESLA, p. 221 – 223. 1996.

SISTEMA CAMPESINO: UNA REFLEXIÓN A PARTIR DEL ESTUDIO DE LOS PRODUCTORES DE TABACO EN PRUDENTÓPOLIS -PR

**Cecilia Hauresko – Professora da Universidade Estadual do Centro-Oeste –
UNICENTRO
cehauresko@ig.com.br**

El trabajo en cuestión recoge una pequeña contribución sobre la estructura (acción) del sistema campesino. La discusión sobre el campesino brasileño muestra, que las modificaciones de esa forma socio-geográfica y económica, están básicamente fundamentadas en la relación con el sistema capitalista en general. Sin embargo, se entiende que la producción campesina representa un espacio con sus propias reglas, socialmente estructurado y repleto de particularidades. Tradicionalmente, la agricultura familiar campesina es vista como de más densa ínter ligación entre el sistema social y cultural y su reproducción económica. Esto necesita de un abordaje amplio de análisis que consiga incorporar todos estos elementos. En la teoría de la estructuración, desarrollada los años 80 bajo liderazgo de La. Giddens se halla un abordaje suficientemente diferenciado para pensar elementos sociales y económicos en un conjunto equilibrado. Con el término “estructuración” Giddens (1989) quiso enfatizar el flujo dinámico de la vida social, en una correlación entre individuo y sociedad. La teoría de la estructuración viene a mostrar que a través de una serie de actividades y prácticas ejercidas, se reproducen las instituciones sociales. La estructura de una sociedad, según Giddens (1989), se compone de complejos de reglas y recursos que son subdivididos en tres grupos de ativaciones. Ellos aparecen en procesos de significación, dominación y legitimación. Estos tres complejos tienen sólo un sentido abstracto y teórico, y son concretizados en el sistema de vida de las personas en un contexto hormigón de espacio y tiempo (SAHR, 1996, p.214). Estos tres complejos se modifican la medida que cada persona resuelve dinamizar e incorporarlos a su sistema social. Los principios tradicionales son de esta forma incorporados a las nuevas dinámicas de trabajo. En el caso del campesino, las modificaciones de su sistema productivo pasan por los tres componentes. Modificaciones en la composición de las plantas, como la plantación de un nuevo producto de mercado – modifican la relación con la tierra y dan un otro significado a ella. Ellos también, integran el agricultor de una forma diferente al sistema económico y lo obligan seguir otras normas de comportamiento, como es caso del agricultor integrado la agroindustria del tabaco en Prudentópolis- PR, pues aunque la función de garantizar la supervivencia esté bien presente en la vida del este campesino, es imposible lo reducís a la eso. Hay en él, profundamente anclada una gana de conservación y de crecimiento del patrimonio familiar (LAMARCHE, 1993). Y para que ese patrimonio ampliése

él apela para diversas actividades, incluso no agrícolas. La vida “tradicional” es sometida a esa condición. Innovaciones en su contexto, por ejemplo en una pequeña propiedad, no destruyen necesariamente este sistema, pero reconfiguran el a través de las acciones de los agentes sociales envueltos. Estos complejos son así, agentes del mantenimiento y modificación del sistema de la agricultura campesina al mismo tiempo. La estructura/acción en el sistema campesino se mueve mediante esos tres complejos, sin embargo el presente trabajo limitarse sólo a uno de los procesos que es el sistema de dominación en la vida del campesino. En el sistema de dominación, esta tiene que ser reconocida como inherente en la acción humana. La dominación depende de la movilización de dos tipos de recursos. Los recursos alocativos que se constituyen de recursos materiales, incluyendo lo ambiente natural y los artefactos físicos como: medio natural del campesino donde él vive y trabaja; la tecnología utilizada por él, el acceso al mercado, capital, fuerza de trabajo, propiedad privada de la tierra y vivienda. Aún como segunda división de los recursos de dominación, están los recursos autoritarios. Según Giddens (1989), los recursos autoritarios son recursos no-materiales que generan poder y son resultado del dominio de algunos actores sobre los otros. Los recursos autoritarios de ese agricultor son marcados por la: dependencia del sistema económico; inserción en el sistema político; estructura familiar, estructura de poder de la iglesia etc. El campesino que intenta mantener el sistema del campesino con sus medios culturales, sus recursos alocativos y autoritarios, lo hace a través del conjunto de las acciones de los actores en una integración social. La integración social sirve para fortalecer los lazos dentro de la comunidad. El sistema capitalista tiene sus propias reglas de integración sistemática (economía monetaria, individualización y comercialización de la fuerza del trabajo, monetarización de los insumos) que interfiere directamente en la integración social de las personas, quebrando la integración sistemática del campesino tradicional. Cuando la integración social es muy fuerte, la comunidad consigue conciliar los dos sistemas y crea, de esta forma, una innovadora integración sistemática, una agricultura campesina moderna.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIDDENS, A. **A Constituição da Sociedade**. Tradução Álvaro Cabral – São Paulo: Martins Fontes, 1989. (Coleção Ensino Superior).

LAMARCHE. H. **Agricultura Familiar**. Campinas, SP: Unicamp, 1993.

SAHR, W. D. Formas de migração no Caribe Oriental Divisão Familiar do Trabalho e redes de comunicação. Uma interpretação pós-moderna. In: CESLA (orgs.): **Atas do terceiro Congresso Latinoamericano de la Universidad da Varsóvia**. Varsóvia: CESLA, p. 221 – 223. 1996.